

Segunda-feira

Teresina, 26 outubro de 2015



# DIÁRIO

## do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**  
(86) 98121-9514  
Não esqueça de se identificar.

### ■ TERCEIRIZAÇÃO

# Governo do Estado entrega serviços essenciais para a gestão privada

Estado recorre à terceirização para melhorar serviços dos quais não consegue dar conta e para enfrentar a burocracia que favorece a ineficiência

MUSSOLINE GUEDES  
EDITOR-EXECUTIVO

Crítico ferrenho do processo de privatização das estatais no Governo Fernando Henri-que Cardoso (1995-2002), o Governo do PT está investindo todo o seu capital político em um processo de mudança de gestão que, na prática, vai permitir a entrada da iniciativa privada em serviços essenciais do Estado - inclusive para o exercício de atividades fins do estado. A justificativa é de que a gestão privada funciona; e os serviços hoje oferecidos pelo setor público, de uma ineficiência sem tamanho, vão melhorar.

Na prática, o Estado está recorrendo à iniciativa privada para melhorar serviços dos quais não consegue dar conta e para vencer a enorme burocracia que favorece a ineficiência no serviço público. Essa mudança se dá através de programas como as PPPs (Parceria Público-Privada), que vão ser testadas pelo Governo Wellington Dias (PT) inicial-



Foto: Divulgação

FRANCISCO COSTA, secretário de Saúde: transferência de gestão dos hospitais para organizações sociais

mente na gestão dos terminais rodoviários de Teresina, Picos e Floriano, e na distribuição e manutenção dos serviços de águas e esgotos, hoje ainda sob responsabilidade da Agespisa, uma sociedade de

economia mista endividada hoje até o pescoço.

A guinada mais radical do governo petista rumo ao modelo privado de administração, porém, está se dando na transferência dos hospitais regionais

do Piauí para a gestão de organizações sociais sem fins lucrativos, as chamadas OS. A meta da Secretaria Estadual de Saúde é entregar para as OS os hospitais regionais de Picos, de Parnaíba e de Floriano. São os

três maiores hospitais da rede pública no interior, que atendem hoje uma demanda, juntos, de mais de 1,5 milhão de habitantes de aproximadamente 140 municípios do Piauí e mais alguns do Maranhão.

O Governo já assinou contrato com o Instituto de Gestão e Humanização (IGH) para a gestão do Hospital Regional Justino Luz, de Picos (310 quilômetros ao sul de Teresina). O IGH é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos de Salvador (BA), especializada em gestão hospitalar. Foi escolhida para gerir o hospital de Picos em concorrência de técnica e preço da qual participou também a Cruz Vermelha. Atua hoje em hospitais públicos da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás, no mesmo modelo que está sendo proposto para Picos.

O contrato foi assinado no dia 14 de outubro e está sendo questionado em ações do Ministério Público Estadual e do Trabalho, do Tribunal de Contas do Estado e do Sindicato

dos Médicos do Piauí (Simepi), que acusam o Estado de estar terceirizando os serviços de saúde. O processo de transferência da gestão para o IGH foi suspenso há 15 dias pela juíza da Comarca de Picos, decisão derrubada cinco dias depois em liminar pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Raimundo Eufrázio Alves Filho.

Na última sexta-feira, o Ministério Público do Trabalho Piauí anunciou uma ação para barrar a transferência do Justino Luz para o IGH. O MPT-PI diz que o processo terceiriza atividade-fim do estado, o que é vedado pela Constituição Federal (veja matéria nesta página). Na quarta-feira da semana passada, o secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, informou ao Diário do Povo que estava suspendendo a terceirização dos hospitais regionais de Parnaíba e Floriano. "Vamos esperar resolver essa polêmica em torno do hospital de Picos para retomar o processo", afirmou.

## BUROCRACIA, INEFICIÊNCIA E DESPERDÍCIO

O secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, reconhece que a transferência de gestão dos hospitais para as organizações sociais é um atestado de que o poder público não tem condições hoje de cumprir com eficácia sua missão de oferecer serviços de qualidade ao cidadão. E não apenas na área de saúde. "O Estado não tem instrumentos hoje para dar as respostas que a população precisa e exige", diz.

Neste contexto, o modelo de gestão das OS surge como a alternativa para melhorar e ampliar os serviços e superar impedimentos legais que atrasam a compra de produtos e contratação de serviços. Na prática, o poder público sai da execução, contrata alguém para fazer o serviço e passa a fiscalizar o serviço. "Não estamos inventando nada, o modelo de gestão de OS já funciona hoje com eficácia comprovada em estados como Ceará, Bahia, São Paulo, Goiás e Maranhão", cita.

Segundo ele, a gestão de OS permite, por exemplo, a compra mais rápida de produtos e equipamentos, e a um custo menor para o Estado. "Como é entidade de direito privado, a OS não está submetida à burocracia que o poder

público tem de seguir quando precisa comprar algo ou contratar um serviço. Por isso, pode barganhar preço e qualidade na hora de comprar insumos e medicamentos, por exemplo. Naturalmente, isso evita desperdício do dinheiro público e repercute na qualidade do serviço prestado", analisa ele.

No caso de Picos, segundo o secretário, o Estado vai pagar R\$ 3,1 milhões ao IGH por mês, para que ele amplie de 77 cirurgias ao mês para 350, e de 400 exames para mais de 4 mil. "Isso está no contrato (assinado com o IGH), que prevê metas da parte da OS e fiscalização do poder público", diz. Hoje, o Estado joga R\$ 3,4 milhões todo mês no Justino Luz. Para Francisco Costa, são naturais a polêmica e as ações dos órgãos de fiscalização e controle sobre a transferência da gestão da saúde.

"É uma coisa nova, e isso causa reação, gera polêmica. Mas essa discussão é boa e necessária. Fui ao TCE-PI e expliquei o contrato e os procedimentos, a forma como tudo está sendo feito e a finalidade, que é, em resumo, melhorar e ampliar os serviços. A Justiça está fazendo o papel dela, e isso tudo vai aprimorar o processo", avalia. (MG)

## Hospitais regionais recebem R\$ 13 milhões

Os hospitais regionais de Picos, Parnaíba e Floriano vão ser transferidos para entidades privadas no momento em que estão recebendo investimentos públicos que somam R\$ 13 milhões em obras e equipamentos. Também precisam contratar pessoal especializado para absorver novos serviços e ampliar o que já fazem hoje. O Hospital Justino Luz, por exemplo, está concluindo a construção de uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva) geral e neonatal, para tratamentos de alto risco e cirurgias de urgência de neuro e obstetrícia.

Os hospitais regionais de Parnaíba e Floriano estão ganhando quatro UTIs neonatais. Os recursos aplicados ali, R\$ 13 milhões, são Rede Cegonha, programa do Ministério da Saúde que direciona investimentos para cuidados especiais com

as mulheres grávidas e crianças de colo. Com 460 servidores efetivos e 80 terceirizados (entre médicos, enfermeiros, técnicos e outros), o Justino Luz vai precisar contratar mais profissionais em função da construção das novas UTIs. O secretário Francisco Costa não estima quantos servidores serão necessários no total, mas só de neurologistas há necessidade de pelo menos mais sete, além de enfermeiros, técnicos e outros profissionais de apoio.

Para incorporar esse pessoal ao hospital, o Estado teria de fazer concurso ou nomear aprovados em concursos já realizados, se tiver. Com a contratação da OS, esses profissionais serão selecionados no mercado pelo IGH dentro das regras da legislação trabalhista. "Além da demora em realizar concurso

público, o Estado tem o problema de não poder aumentar os gastos com pessoal por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", diz o secretário de Saúde. Os hospitais regionais de Parnaíba e de Floriano têm 600 e 390 servidores efetivos, respectivamente, e também precisam de mais gente.

Segundo Francisco Costa, os servidores efetivos dos hospitais serão incorporados pela OS, e passarão por treinamento para se adequar ao novo modelo de gestão. "Está no contrato a previsão de treinamento e qualificação dos servidores", informa. Mas ele admite: não há garantia de manutenção no hospital, pela nova administração, daqueles servidores que eventualmente não se adequarem ao modelo de gestão e aos serviços da OS. (MG)



# MPT alerta para risco de terceirização

Foto: Wagner Santos

O Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI) anunciou na sexta-feira uma ação contra o Estado por conta da transferência de gestão dos hospitais regionais para organizações sociais sem fins lucrativos. O procurador do trabalho José Heraldo de Sousa diz que o processo contraria termo assinado pelo Governo do Estado em 2011 se comprometendo a não terceirizar atividades fins na área de saúde.

O procurador João Batista Machado Júnior diz que a contratação de OS para gerir os hospitais regionais caracteriza terceirização de atividade-fim do Estado e fere o artigo 199 da Constituição Federal que, em seu parágrafo 1º, diz que a contratação de serviços pelo poder público na área de saúde só pode ocorrer em atividades complementares aos serviços já executados. "A OS não faz parte do setor público. É entidades de direito privado, que está sendo contratada para executar os serviços que são de responsabilidade do Estado. Isso, além de ferir a ordem constitucional, traz prejuízos para os trabalhadores, para o erário e para a sociedade como um todo", alerta.

Para ele, a contratação da OS para gerir hospitais pode abrir uma brecha para a terceirização de outras atividades essenciais do Estado. "Se deixarmos acontecer isso na saúde agora, daqui a pouco teremos a mesma coisa na segurança pública, na educação...", alerta. Machado Júnior diz que o Estado incorre em contradição quando faz inves-



PROCURADOR do trabalho João Batista Machado Júnior: contra a terceirização

timentos nos hospitais e os entrega à gestão privada. "O Estado investe em estrutura física, compra os equipamentos, contrata pessoal e entrega tudo para administração da OS. Se faz tudo isso, tem condições de administrar e fazer com que essa estrutura funcione adequadamente", raciocina.

Para ele, a terceirização também revela um processo de desmobilização do setor público para entregá-lo à gestão

privada. "O serviço público deveria ser regido pelo princípio da eficiência, mas o corporativismo compromete isso. O servidor muitas vezes não se sente responsável ou se esforça para desempenhar o seu trabalho com eficiência, e não é cobrado nem punido por isso. O cidadão, por sua vez, não

está preocupado com a forma como o serviço é executado, ele quer ser atendido bem, quando precisa", analisa. (MG)

**NOVO MODELO DE  
GESTÃO DE HOSPITAIS  
CARACTERIZA  
TERCEIRIZAÇÃO  
DE ATIVIDADE-FIM**

Terça-feira

Teresina, 27 outubro de 2015



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ SAÚDE PÚBLICA

## Ministro da Saúde concorda com terceirização de hospitais

**Marcelo Castro disse que gestão de OS é uma tendência implantada com sucesso em vários estados do Brasil**

LUCIANO COELHO  
REPORTER DE POLÍTICA

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, concorda com a administração dos hospitais feita por Organizações Sociais (OS). Ele disse que é uma tendência e que esse modelo funciona em vários locais do Brasil. Mas fez a ressalva que deve ser observado caso a caso. No Piauí, a intenção do Governo do Estado é terceirizar a gestão hospitalar inicialmente em quatro hospitais: Picos, Floriano, Parnaíba e Oeiras.

O assunto virou polêmico e passou a ser discutido com a presença do Ministério Público e ganhou as barras dos tribunais. Segundo Marcelo Castro, essa é uma modalidade de administração que tem funcionado bem em hospitais de Pernambuco e do Rio de Janeiro, para citar alguns exemplos. Ele considera que é necessário buscar alternativas para melhorar o funcionamento do sistema de saúde.

A terceirização seria uma das saídas, mas esse formato depende de uma observação do



Foto: Wagner Santos

**MINISTRO** da Saúde, Marcelo Castro: defesa da terceirização dos hospitais, mas analisando caso a caso

local, do caso a caso e de se buscar a melhor maneira de se administrar essas unidades. "Em alguns locais, essas organizações sociais estão funcionando bem", destacou o ministro da Saúde, que esteve em Teresina na última sexta-feira para eventos oficiais e para a convenção do PMDB, na qual foi reeleito presidente da Executiva Estadual do partido no Piauí.

O processo de terceirização dos hospitais do Piauí mais avançado é o do Hospital Regional Justino Luz, de Picos (310 quilômetros ao sul de Teresina), cujo contrato de transferência

da gestão já foi assinado com o IGH (Instituto de Gestão e Humanização), empresa de direito privado da Bahia. Há duas semanas, porém, a juíza de Picos, Maria da Conceição Gonçalves Portela, mandou suspender o contrato, por meio de uma liminar.

A liminar determinava que o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Justino Luz permanecessem ou retornassem ao Estado, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil até o limite de R\$ 200 mil, tanto para o Estado

como para empresa que terceirizou. O presidente do TJ-PI, desembargador Raimundo Eufrásio Filho, derrubou a liminar da juíza e autorizou o Estado a transferir a administração do hospital para o IGH.

O desembargador afirmou que a liminar contrariava os interesses públicos e que o contrato de gestão de nenhuma maneira altera a natureza pública dos serviços do Hospital Justino Luz. Ele citou que uma interrupção do contrato "poderá causar danos ao atendimento dos cidadãos que necessitam dos serviços médicos".

# Secretário diz que modelo foi estudado

O Estado argumenta que a que terceirização vai melhorar o atendimento na região. O hospital Justino Luz é o maior hospital público do sertão do Piauí e está funcionando com 30% da sua capacidade. O secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, diz que o hospital

realiza hoje 77 cirurgias e 400 exames por mês e tem gastos mensais de R\$ 3,4 milhões. Segundo ele, sob a gestão da OS, o Justino Luz deverá realizar 350 cirurgias e mais de 4 mil exames todo mês, a um custo de R\$ 3,1 milhões, valor do contrato com o IGH.

"Só aí já teremos uma eco-

nomia de R\$ 300 mil para aplicar em outros serviços", diz. Para o secretário, os custos vão diminuir e os serviços vão melhorar porque a OS não está sujeita, como gestora, aos entraves burocráticos a que os poder público é submetido, além de atuar como modelo de gestão baseado em metas e

que prega a eficiência e o profissionalismo. Francisco Costa disse que "foi realizado um estudo durante oito meses com avaliações de experiências nesse modelo de gestão que se mostrou mais resolutivo e que dá respostas mais rápidas à população". (LC)

Clipping Eletrônico – Sábado, 24 de outubro de 2015



Atividades podem ser suspensas - 24/10/2015 às 16h18

## MPC diz que Hospital de Picos não tem menor condição de funcionar; entenda

Curtir 0

Tweet 2

G+ 0

Compartilhar

O auditor de controle externo, representando o Ministério Público de Contas, João Luís Júnior, esteve reunido com representantes do TCE, MPE e Parquet do [Trabalho](#) para debater sobre [estratégias](#) de atuação frente à proposta do Governo do Estado de transferir a gestão do Hospital Justino Luz, em Picos, para uma Organização Social.

A promotora de Picos, Micheline Serejo, aduziu que o próprio Estado deu causa a todos os problemas que foram [usados](#) para justificar a passagem dos serviços para a OS.

Acrescentou, ainda, que o Hospital de Picos não tem a mínima condição de [funcionar](#) de forma adequada, uma vez que o mesmo foi criado, emergencialmente, para atendimento durante a 2ª Guerra Mundial, sendo impossível haver melhora de serviços em um lugar impróprio e inservível para execução destes.

Fonte: Com informações da Assessoria  
Publicado Por: Daniel Silva





Gestão no ano de 2012 - 25/10/2015 às 18h04

## TCE multa Robert Rios por falha em gestão na 'Secretaria de Segurança'

Curtir 0

Tweet 0

G+1 0

Compartilhar

Como ir do estágio à gerência



**PALAZZO MONTICELLO RESIDENCE**

**Neuraci Rocha**

Av. Dom Severino, 3330 - Sala 4  
Morada do Sol Teresina - PI

**863232-4365**

O deputado estadual Robert Rios (PDT) foi multado em 1.500 UFRs pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) por falhas em sua gestão frente a Secretaria de Segurança Pública do Piauí no exercício do ano de 2012 (TC/53101/2012).

O ex-gestor teve as contas de gestão consideradas regulares, mas apresentaram ressalvas que culminaram com a aplicação da sanção.

Conforme o processo (TCE 041479/12) foi avaliada a inspeção no "procedimento licitatório para aquisição de mobiliário para atender a unidades administrativas do órgão, cujo contrato foi firmado com a

empresa JET, a partir de adesão a sistema de registro de preços da UESPI".

O Diretor de Gestão Interna Francisco das Chagas Ribeiro Magalhães também também foi multado em 1.000 UFRs.

A relatora foi a Conselheira Walthânia Alvarenga.

Publicado Por: Daniel Silva



Gestão no ano de 2012 - 25/10/2015 às 18h04

## TCE multa Robert Rios por falha em gestão na 'Secretaria de Segurança'

Curtir

0

Tweet

0

G+1

0

Compartilhar



Como ir do estágio à gerência



**PALAZZO MONTICELLO RESIDENCE**

Av. Dom Severino, 3330 - Sala 4  
Morada do Sol Teresina - PI

**86 3232-4365**

Neuraci Rocha

O deputado estadual Robert Rios (PDT) foi multado em 1.500 UFRs pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) por falhas em sua gestão frente a Secretaria de Segurança Pública do Piauí no exercício do ano de 2012 (TC/53101/2012).

O ex-gestor teve as contas de gestão consideradas regulares, mas apresentaram ressalvas que culminaram com a aplicação da sanção.

Conforme o processo (TCE 041479/12) foi avaliada a inspeção no "procedimento licitatório para aquisição de mobiliário para atender a unidades administrativas do órgão, cujo contrato foi firmado com a

empresa JET, a partir de adesão a sistema de registro de preços da UESPI".

O Diretor de Gestão Interna Francisco das Chagas Ribeiro Magalhães também também foi multado em 1.000 UFRs.

A relatora foi a Conselheira Walthânia Alvarenga.

Publicado Por: Daniel Silva